O SOCIAL E O HUMANO

25 DE NOVEMBRO, REESCRITA DA HISTÓRIA PELOS DERROTADOS DE ABRIL

A celebração (dos 49 anos!) do 25 de Novembro na Assembleia da República numa sessão solene nos mesmos moldes da sessão solene do 25 de Abril abre um precedente gravíssimo na nossa democracia, no ano em que se celebram 50 anos da Revolução.

Em primeiro lugar, porque não há mais nenhum exemplo, em 50 anos de democracia, da instituição de uma sessão solene na AR que não a do 25 de Abril.

Haverá outro tipo de sessões evocativas ou comemorativas na AR, recepções a Chefes de Estado ou celebrações de datas históricas,mas nenhuma, nunca, nos moldes da do 25 de Abril.

Por isso, a aprovação da proposta do CDS, emulando a sessão solene de 25 de Abril, abre espaço para que o golpe militar do 25 de Novembro de 1975 se torne, a par da revolução do 25 de Abril de 1974, uma espécie de "data fundadora" da democracia e da Revolução, uma situação séria e preocupante assente num processo de reescrita e deturpação da história do período revolucionário sem precedentes.

Em segundo lugar, porque esta cerimónia, da qual a Associação 25 de Abril, que reúne um conjunto de militares que fizeram a Revolução, se recusou a participar, e de que apenas o grupo parlamentar do Partido Comunista Português esteve ruidosamente ausente, é uma legitimação inaceitável por parte do Estado português de transformação daquela data numa celebração oficial que trai os valores de Abril.

O que se assistiu na cerimónia no dia 25 de Novembro, dos seus discursos revanchistas e apologistas do fascismo e da violência da guerra colonial, aos seus gestos performativos de defesa esvaziada de Abril, dá já ideia de que está em curso: "relançar a ofensiva contra-revolucionária contra Abril e legitimar as suas próprias opções e política destruidora", como dizia a nota do PCP, dias antes.

Os perdedores e vencidos de Abril, aqueles que desejam que a Revolução nunca tivesse acontecido, que no dia 24 de Abril de 1974 estavam sentados na Assembleia Nacional do fascismo, partidos (como o CDS) que votaram contra a Constituição de 1976 que é o texto fundador da nossa democracia, mas também os seus derivados contemporâneos mais ou menos populares (Chega), mais ou menos engravatados (Iniciativa Liberal), instituíram, com o apoio do PSD - e com a (surpreendente?) conivência silenciosa do PS - um processo de ataque revanchista à Revolução.

Reconhecendo a gravidade do que está em causa, a célula do PCP na FCSH insta todos os comunistas e democratas à defesa permanente dos valores e conquistas da Revolução do 25 de Abril, e à atenção redobrada ao ataque em curso, levado a cabo por forças reaccionárias, e com o silêncio cúmplice de outras forças, à história do nosso país, da nossa democracia e aos nossos direitos conquistados.

CORTES E SUBFINANCIAMENTO: UM OE 2025 SEM SOLUÇÕES PARA O ESI

O Orçamento do Estado para 2025 para o Ensino Superior e Ciência mantém as condições do que até aqui tem sido um cenário de subfinanciamento. As instituições de Ensino Superior vivem subfinanciadas, a Fundação para a Ciência e Tecnologia vive subfinanciada, os profissionais deste sector trabalham em condições de precariedade e cabe aos estudantes uma parte significativa dos custos da manutenção deste sistema.

Considerando os valores previstos para o PIB em 2024 e 2025, segundo as projecções do Banco de Portugal, a despesa estimada para o ano em curso corresponde a 1,37% do PIB, aumentando ligeiramente para 1,38% em 2025. Importa ter em conta que organizações internacionais como a UNESCO, a OIT, a Internacional de Educação e até a OCDE, recomendam que os Estados atribuam à Educação Superior e à Ciência verbas equivalentes a 3% do PIB. Em Portugal, nem metade desse valor é atingido.

Em termos absolutos, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) projecta um aumento orçamental de 3%. Este valor é claramente insuficiente tendo em conta a inflação e outros factores. No que respeita às despesas com o pessoal, após um aumento de 10,6% em 2024 que se revelou insuficiente para enfrentar os problemas do sector, o MECI prevê reduzir esse crescimento para apenas 5,3% em 2025.

Este instrumento orçamental deve servir para dar resposta aos problemas e às necessidades de desenvolvimento do sector e, por intermédio, do país. Ora, o subfinanciamento crónico, que este orçamento mantém, é uma escolha política em não abordar questões críticas, como o combate à precariedade laboral, que se arrasta há décadas, ou a regularização das carreiras dos docentes. Muitos professores apesar de terem acumulado pontos suficientes nos processos de avaliação para progredirem vários escalões dentro da categoria em que se encontram, permanecem estagnados na carreira com perdas salariais muito significativas.

Este OE não tem qualquer referência à valorização dos profissionais ou ao combate à precariedade, medidas indispensáveis e urgentes para o sector. Não há uma palavra sobre a avaliação do RJIES e a necessária democratização da gestão das IES, nem sobre o regime fundacional, que continua intocado. Pelo contrário, destaca-se a intenção do poder central de reduzir ainda mais as suas responsabilidades, especialmente no que toca ao financiamento.

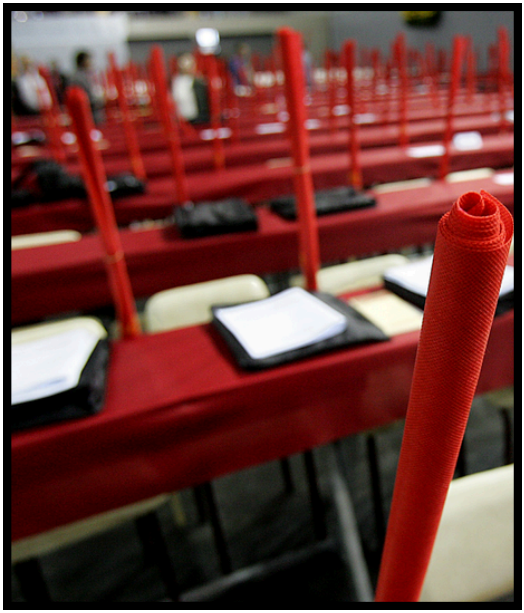
O corte de 68 milhões de euros na FCT deixa antever um caminho de subfinanciamento também na Investigação. A poucos meses do final dos primeiros contratos celebrados ao abrigo da Norma Transitória, que se traduziram na substituição de bolsas por contratos de trabalho para um conjunto significativo de investigadores com doutoramento, este primeiro OE do governo PSD/CDS finge que não é nada com ele.

Como se uma política de regularização dos percursos de precariedade na Ciência não fosse uma responsabilidade dos governos, acima de tudo, pelo conhecimento e soluções que se pretende encontrar para os problemas da sociedade.

O PCP tem defendido que a definição de uma política científica nacional deve garantir a contratação com direitos de todos os trabalhadores necessários, tal como a modernização e actualização dos vários centros de investigação, laboratórios, entre outros.
Defendemos uma política científica que valorize a carreira de investigação, integrando os trabalhadores científicos que suprem necessidades permanentes, permitindo a promoção e progressão na carreira, tal como a abertura de novos concursos. Defendemos a revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) e a passagem de todas as bolsas para contratos de trabalho.
O património de intervenção do PCP sobre estas matérias é extenso e, em muitos momentos, foi mesmo o único partido a intervir activamente sobre elas, vendo as suas propostas a serem sistematicamente chumbadas por PSD, CDS, PS, IL e Chega.

Cabe aos investigadores e demais trabalhadores do Ensino Superior e da Ciência rejeitar este orçamento e exigir medidas que venham ao encontro das suas necessidades.

22.º CONGRESSO PCP: QUANTO MAIS DIFÍCIL É A ACÇÃO POLÍTICA, MAIS IMPORTANTE A DISCUSSÃO AMPLA



Nem os partidos são todos iguais, nem os congressos que fazem, e como os fazem. Os do PCP realizam-se estatutariamente de quatro em quatro anos e destinam-se a alargar o debate, definir a sua orientação estratégica e renovar os seus órgãos de direcção. Podem ser convocados congressos extraordinários para tomar colectivamente decisões urgentes como sucedeu em 1986 (11.º Congresso) quando se decide apoiar Mário Soares na segunda volta das eleições presidenciais e também em 1990 (13.º Congresso), quando é urgente discutir as grandes transformações internacionais que estavam a ocorrer e as suas repercussões. Estes são bem diferentes dos quatro que se realizaram na clandestinidade, em condições de grande perigo (1943, 1946, 1957 e 1965). Mas a necessidade de decidir colectivamente é a mesma.

Em Dezembro de 2024, o 22.º Congresso segue-se a vários meses de discussão a nível de todas as organizações, num processo lançado em Junho. Em Setembro, as teses (disponíveis *online*) começaram a ser discutidas nas organizações e em Outubro os delegados começaram a ser eleitos. Trata-se de um envolvimento de militantes e organizações que não tem igual entre nós. A discussão das teses foi oportunidade para aprofundar e alargar um balanço sobre a situação política nacional e internacional, reflectir sobre o seu agravamento, as estratégias de confrontação generalizada a nível mundial, as ameaças aos direitos dos povos, incluindo no plano nacional uma apreciação sobre a acção do governo. Foi também a ocasião para debater a organização e o seu funcionamento. Ao contrário das ideias feitas, há confronto de opiniões, por vezes acesas, ainda que raramente se assista a posições cristalizadas.

Um congresso preparado nestes termos reflecte as forças e as dificuldades da organização que o convoca e, no que diz respeito à presença dos comunistas no dia-a-dia da vida dos portugueses, mostra o quanto as posições do PCP acompanham o que se passa em cada sector da vida nacional. Assim acontece no campo do Ensino Superior e da investigação científica.

Apesar de se ter optado por um modelo de resolução política mais breve, a caracterização do Ensino Superior e do sistema científico nacional mostra a atenção que tem sido dada desde sempre pelos comunistas a este sector. Conscientes de que as Instituições de Ensino Superior são, por excelência, um centro de produção ideológica que promove concepções e ideias inerentes ao capitalismo e à exploração, os comunistas, defendendo o lugar estratégico da investigação e do ensino, fazem-no em simultâneo com a defesa dos direitos de quem investiga e ensina e com uma visão global sobre a democratização deste sector.

Quanto mais difícil é a acção política, mais importante se torna a discussão ampla, a tomada de posições que envolve um vasto corpo consciente de pessoas que se empenha politicamente, que assume um projecto comum, pelo interesse de quem trabalha, pelo conhecimento e pela paz.

O 22.º Congresso do PCP realiza-se em Almada nos dias 13, 14 e 15 de Dezembro. No domingo, a sessão de encerramento é aberta à presença de todos.

FICHA PARA CONTACTO

Se pretendes aderir ou participar no PCP, preenche os seguintes dados que nos permitirão contactar-te

RECORTA E ENVIA PARA: Partido Comunista Português • Avenida da Liberdade, 170, 1200 Lisboa, Portugal • s.intelectual@dorl.pcp.pt

Nome

Morada **Código-postal**

Telemóvel **Endereço electrónico**